



Moção Política

UM PORTUGAL DE ESPERANÇA E VERDADE

Promotor :

José Paz

Apresentação e Defesa :

António Osório

“Sabe-se lá, quando a sorte é boa ou má, sabe-se lá amanhã o que virá...”

Esta estrofe de um poema cantado e eternizado por Amália Rodrigues está hoje bem presente no sentir do povo português, há em todos nós um pensar repleto de dúvidas e incertezas, estas que nos guiam para um tempo exigente de uma legislatura que é de tal forma frágil que não se vislumbra uma solução estável para o momento político de Portugal. Vivemos num país que se endividou por consecutivos atos de má gestão pública da nossa economia e do quotidiano da vida dos portugueses.

Um país perdido num Estado de Administração Central, Segurança Social, Serviço de Administração Regional e Local, Serviços Autónomos desmedidamente burocráticos, complexos e que tem como objectivo justificar o seu crescimento imparável de um consumir de receitas públicas, uma despesa incontornável que é sorvedouro de uma riqueza comum, mas que só a alguns serve e que se resume na vida dos contribuintes apenas a uma colecta de impostos e uma escravatura laboral, económica e social, consequência de uma governação que virou as costas às pessoas e vive para se governar a si própria, ignorando a pobreza crescente em Portugal.

Um país que vive rodeado de papéis, múltiplos papéis, que por exemplo para tratar de um documento numa mesma repartição se tem de andar de balcão em balcão, para se instalar uma Empresa são precisos entre 3 a 8 anos, em que se somam licenças,

pareceres e muitas custas, num rosário de injustiças e burocracias, que não se justificam.

Um país em que um pequeno agricultor para vender umas batatas tem de penhorar o terreno onde as semeou, um país onde não se pode efectuar um aproveitamento de salinas para a agricultura só porque uma espécie aí nidifica, um país onde continuamos a negar o desenvolvimento e cada vez mais a comprar peixe importado, um país onde quem no interior tenha decidido por investir em turismo rural, não pode servir ao pequeno almoço, ou almoço, produtos por si confeccionados como sejam compotas, enchidos, queijos ou outros.

Um país que dispõe, e bem, de habitação e solidariedade imediata para quem na condição de refugiado precisa de ajuda, mas que tem milhares de famílias à espera de uma casa há dezenas de anos e nem sequer é apoiado socialmente pelo Estado do seu país.

Um país que não tem espaço para receber os seus idosos em condições de mínima dignidade e os deixa ao abandono quer em cidades, quer perdidos em recantos isolados deste Portugal.

Um país que não dignifica nem corrige a forma desumana como abandona famílias entregues à sua sorte com dependentes físicos e mentais e destrói essas estruturas essenciais a um acompanhamento de cuidados de saúde e bem estar das Famílias e da Sociedade.

Um país que retira direitos e dignidade a milhares de soldados que defenderam a sua Pátria e o seu Povo com elevados custos físicos, mentais e familiares.

Um país que permeia a corrupção e concede direitos fiscais a quem prejudica o Estado, mas ainda assim concede muitos cargos políticos, isenções ou perdões fiscais, com processos esquecidos numa justiça feita à medida dos poderes instituídos e dos prazos que se dilatam no tempo, levando ao seu arquivamento por prescrição ou falta de prova.

Um país que esquece a educação e favorece a gestão administrativa da escola, fazendo dos professores em vez de formadores culturais e sociais, funcionários administrativos de secretária e recursos humanos.

Um país que se esquece da sua história e cultura, que não reconhece o direito de autor nem os artistas, nem conhece as suas realidades, um país abandonado onde se detesta o que é Português e se permeia o que é estrangeiro, porque não considera a

formação cultural um valor cívico de identidade, mas sim um valor de investimento com fins lucrativos e de criação de receitas de impostos. Podíamos alargar este relatório de uma Democracia que falhou os seus fins e objetivos políticos, sociais e económicos de bem estar comum e de valor real sustentado, equilibrado e redistribuído por um todo Nacional.

Com a entrada de Portugal na CEE, todos acreditámos que o país seguiria um rumo de investimento criterioso numa gestão do tecido empresarial e estrutural do Estado, que seria constituído como base de lançamento de um modelo de economia progressista e de um modelo social abrangente, inclusivo e solidificado.

Se assim fosse, todos teríamos hoje um presente bem diferente do actual.

Se quem nos governou desde 1986 até 2016 soubesse o que era Rigor, Ética, Responsabilidade e Verdade Política, teríamos evitado toda esta teia de clientelismo Público e Privado, esta promiscuidade e partidarização política do País, refém dos seus Orçamentos de Estado e de um conjunto de velhos poderes económicos e sociais.

Fomos Governados por duas Famílias uma do PS, outra do PSD, onde ambas partilharam um mesmo Feitor, CDS, como se de duas Quintas ou Herdades se tratasse, em que cada família tem gerido em função dos seus interesses e dos seus beneficiários, sendo que os trabalhadores, esses cumprindo os seus contratos sociais e laborais jamais podiam esperar que o desmantelamento dessas duas famílias BPN e BES, arruinassem o seu futuro e vidas. Agora os herdeiros e responsáveis rasgam esses contratos, e tomam posse ora congelando, ora reduzindo o valor de vencimentos e de reformas, que é de direito de quem por uma vida de trabalho tem hoje a sua reforma, e de quem cumpre com esforço e zelo o seu horário de trabalho.

Nós só poderemos aspirar a conhecer um novo paradigma social, se soubermos construir um caminho inclusivo onde nele sejam incluídos os valores da Liberdade, da Democracia, da Transparência, da Verdade e Rigor, na gestão orçamental do Estado Português.

Este caminho começa hoje com a construção do PURP, como Partido Político na defesa do Bem Comum e não de Ideologias de Esquerda ou Direita.

Somos a favor de uma gestão criteriosa dentro do Partido e da sua Estrutura Administrativa, pela definição das suas metas programáticas políticas e sociais, por um programa com um mapa de rigor em atividades a desenvolver para atingir os fins e propósitos de sociedade que encarem as convicções como capazes e com vontade de

trabalhar para um objetivo comum que é o bem-estar de todos os Portugueses e da nossa recuperação económica e social, pela credibilidade de Portugal.

Esta Moção política estabelece critérios e objetivos que julgamos obrigatórios visando a concretização de um novo modelo que se deseja que vigore nos próximos anos, e que convém desde já definir que terá uma duração de implementação nacional e internacional não inferior a um período de 1 a 2 legislaturas ou seja, pelo período de 8 a 10 anos.

Não somos fruto de uma ilusão política, económica e social, somos sim a consciência de um longo percurso que se quer credível e sustentado para que nele fiquem definidos os desígnios de um Povo que não baixou os braços, que não renunciou aos seus deveres, que não deixou de acreditar e que hoje se assume como garante do real cumprimento de um Estado Soberano Social e Económico e Independente, que não deseja viver “Orgulhosamente só” uma solidão que não faz sentido numa Europa Aberta e numa Economia Comum integrada num Mundo Globalizado Comercial e Industrial, de Mercados Financeiros e Tecnológicos.

Pugnamos por uma Nova Sociedade cada vez mais sem Fronteiras. Neste sentido seguem os pontos Programáticos que propomos ver seguidos na vida do PURP e de Portugal, para uma nova dinâmica política de intervenção das pessoas no governo de um País, visando a solidez da nossa Democracia e Sociedade.

Assim propomos:

1- Auditoria das Contas Públicas e Finanças Públicas com o rigor do valor da Dívida e Défice Orçamental. Um Governo para as pessoas, um Estado Ágil, Eficaz, Simples, Regulador e Fiscalizador, Inclusivo e Justo. A nossa Administração Central, Segurança Social, Finanças, Justiça Administração Local e Regional, bem como Serviços Autónomos devem ser facilitadores das relações entre os Cidadãos e o seu Estado. A actual fórmula burocrática institucional administrativa é um inibidor do desenvolvimento social e económico, um gerador de desconfiança e de insatisfação, bem como de corrupção activa e passiva. Assim, defendemos uma reorganização dos Serviços do Estado, Instituições Administrativas e Organismos da Administração que se multiplicam e funcionam como sorvedouro de dinheiros públicos. Defendemos a Estabilidade e valorização de Carreiras Profissionais, a contratação por Mérito e Valor em igualdade e transparência de Concursos Públicos. O encerramento imediato de todos os Múltiplos Serviços que pela sua ineficácia e despesa representem uma nulidade dentro do Sector da Administração Estado.

2- Criminalização dos Contratos Públicos que se considerem de Gestão Danosa do bem Público, Favorecimento ou Corrupção, nomeadamente as Parcerias Público Privadas (PPP) e os contratos ditos Swaps. Estamos a falar de contratos lesivos para o Estado Português que neste momento assume indevidamente, através dos contribuintes que somos todos nós, todas as obrigações e encargos daí inerentes. Muitos destes contratos são feitos por um período desproporcionado aos fins que são destinados, assumindo encargos futuros incompatíveis com a evolução da economia e da sociedade. Contratos com cláusulas contratuais blindadas ou secretas, como se o bem público fosse propriedade de uns quantos que fazem do sigilo um meio de corrupção. Dos cerca de 34 principais contratos há encargos de 39 mil milhões de euros nos próximos 25 anos, um crime contra o progresso de Portugal. Reduzir a influência do Sector do Estado pelos Setores Financeiros Privados e ainda Renegociar ou Denunciar os contratos das Parcerias Públicas Privadas. Expropriar Parcerias lesivas do Estado e Nacionalizar o Défice Tarifário Eléctrico que ascende a mais de 3.800 milhões de euros que é em si um embuste social e económico, bem como acabar com as SCUT onde a injustiça é um rude golpe nas necessidades das pessoas e das empresas em custos que retraem e dificultam o seu desenvolvimento e bem-estar social e económico, sendo motivo de abandono e desertificação, exactamente o contrário do seu objectivo principal e razão da sua execução.

3- Renegociação da dívida de Portugal que nesta altura tem amortizações de 20 mil milhões de euros para 2016, e durante os próximos 5 anos, 2016 a 2021, mais 60 mil milhões de euros de dívida, num total de mais de 80 mil milhões de obrigações do Estado Português, uma percentagem superior a 43% do PIB do nosso País. Vivemos num mundo de Mercados Financeiros Globais, que ambicionamos transformar numa verdadeira União Económica e Financeira Europeia.

4- Reposição do Poder de Compra, nomeadamente pela implementação do salário mínimo nacional para um valor de 600€ durante a próxima legislatura, até porque já se percebeu que tal desígnio é possível e viável para a nossa economia.

Para além do mais estamos a falar de uma medida de pura justiça social, que não repõe o valor de compra perdido pelos trabalhadores portugueses e pelas famílias e população em geral, mas que atenua algumas dificuldades.

Sabemos todos que estes 85€, afectos a uma legislatura, representam dinheiro colocado directamente no consumo nacional e na nossa economia, por isso um multiplicador de riqueza, uma forma importante de fazermos crescer a nossa economia de uma forma mais célere.

5- Reposição e devolução dos valores entretanto subtraídos das Reformas, cumprindo um direito social dos contribuintes, bem como um aumento gradual das

reformas mínimas conduzindo estas a um valor que reponha a Dignidade de Vida de todos os Portugueses. As fontes de receita podem estar associadas ao corte da Despesa Pública do Sector Estado, podem vir também do Jogo, e do aumento da receita da contribuição salarial. Impedir a privatização da Segurança Social ou qualquer Plafonamento que vá contra a sua sustentabilidade. O regime providencial contributivo é equilibrado, sustentável, atendendo à nova fórmula de cálculo de uma carreira contributiva total, o que de facto leva a que haja uma redução das reformas baixando-as de uma incidência de 80% para 60% aplicada ao último salário. Não podemos deixar que nos queiram privatizar uma vida de trabalho e descontos, para mais devemos ter em conta que uma vez privatizada a Segurança Social, não haverá quem nos garanta a nossa reforma, como aconteceu com as pensões que os Aforradores Americanos perderam na Crise de 2007 e que representou perdas de 40% para os Reformados. O dinheiro das reformas e de todos os que contribuíram para a sua vida pós laboral não pode, nem deve, servir de Especulação e Lucro da Economia Privada.

6- Implementar uma reorganização territorial e uma Base de Dados rigorosa que permita conhecer a Dimensão do Património edificado e natural do Estado e conseguir uma eficaz gestão dos Bens Públicos e Comuns. Não à Privatização da Floresta, dos Solos e da Água. Assegurar a proteção do património, recursos selvagens e naturais Fauna e Flora. No domínio da sustentabilidade e eficiência do uso dos Recursos Naturais, assistimos nos últimos anos ao abandono e degradação do Meio Ambiente e do Ecossistema, quer por incêndios florestais, reflorestação sem a biodiversidade da Fauna e Flora, quer ao abandono do cultivo das culturas de subsistência familiar. O consequente ordenamento e enquadramento do território de reserva nacional natural é feito em gabinetes o que se percebe pela não contemplação de demografia com o despovoamento e envelhecimento das populações nas áreas de reserva natural, e assim se destroem ecossistemas ambientais, veja-se o exemplo do Rio Tua com a construção de uma barragem, ou os campos do Ribatejo Interior com culturas de regadio feitas em terra de sequeiro onde a escassez de água exige que existam perfurações de extracção de água com centenas de metros de profundidade.

A consequência visível de tudo isto é a falta de água em poços e fontes ou ribeiros onde a não reposição dos lençóis freáticos contribui para a alteração de vegetação e arborização e também de espécies cinegéticas como coelhos, lebres, raposas, e também aves. É importante que se constitua uma equipa de trabalho permanente para a implementação de sistemas operativos de controlo de todas as áreas de parques naturais e selvagens, que sejam feitos esforços em conjunto com os poderes locais e regionais bem como com as populações para se implementar um novo modelo de repovoamento equilibrado condizente com as melhores técnicas de um programa de renovação e reorganização territorial. Um ordenamento do território nacional

passa pela recuperação de culturas e estruturas agrícolas abandonadas ou desactivadas mas que comportem um conjunto de políticas públicas de produção e comercialização de produtos biológicos e serviços adicionais de qualidade ecológica e ambiental no mercado de referência para o consumidor interno, garantindo uma política de protecção dos agricultores e o escoamento das produções a custos controlados. Falar de ecossistemas é também falar de resíduos e biodiversidade, biomassa e energias renováveis, e por isso justifica-se que tenhamos uma política de partilha de projectos comuns que deve ser seguida na gestão ambiental e tecnológica de todas as possibilidades de desenvolvimento de novas funcionalidades de recolha, tratamento, recuperação de resíduos sólidos e resíduos líquidos, urbanos e industriais, bem como um investimento em ciência e educação ambiental de ecossistemas selvagens, naturais e climáticos. Temos em Portugal uma grande variedade de ecossistemas únicos que permitem uma maior capacidade de resposta e flexibilidade no aprofundamento e aproveitamento da nossa Fauna e Flora para a consolidação da nossa economia demográfica local e regional, com um enorme potencial de crescimento sustentado e amigo da biodiversidade e preservação da vida selvagem e dos recursos naturais de Portugal.

7- Implementação das obrigações do Estado Social com a constituição de modelos sociais de apoio aos idosos e crianças por iniciativa própria em vez de continuarmos com os financiamentos das IPSS e Fundações Privadas as quais devem ser auditadas nas suas contratações Sociais e Culturais ou Cívicas, por forma a garantir que o financiamento do Estado a estas instituições não constitua apenas e só, uma forma de viabilização económica das instituições de Solidariedade Social e de Fundações Privadas e Públicas.

8- Uniformização do IVA e IRC com uma política de Fiscalidade Europeia, pontos programáticos essenciais no Modelo político Económico e Social para Portugal frente aos desafios de uma actual Globalização Económica de Mercados Livres. Acontece que vivemos numa União Económica e Social Europeia e urge neste contexto afirmar a natureza de pensar a solidariedade e igualdade de oportunidades entre este conjunto de Governos e Sociedades que sendo independentes, na realidade não o são, existe pois um Parlamento Europeu, um Tratado, Acordos Comuns, Diretivas, Legislação, Regras e Parâmetros Políticos e Orçamentais que devem respeitar todos e dar uma oportunidade a todos de cumprir os seus Direitos e Deveres, porque só tem a ganhar a Unidade Económica e Monetária com a inclusão de todos, nos modelos efetivos de uma verdadeira União assente na proximidade e transparência entre as instituições Políticas e a Sociedade Europeia, proximidade que reflita uma mudança e uma melhoria no bem estar social e económico de todos os seus Povos. Um programa rigoroso de Política fiscal é também uma construção de políticas para uma justiça

fiscal, o que necessita no mínimo de conhecimento das condições sociais e económicas dos cidadãos, a sua verdadeira definição de parâmetros de vida com dignidade num conjunto de criação do Estado Social. É também urgente a elaboração de um programa estável de fiscalidade para as Empresas assente na equidade como garante de justiça aos produtores de real valor de riqueza e bem-estar social, para que se construa um clima de confiança num quadro saudável de competitividade. Constatamos que em Portugal não tem havido, durante estes últimos quarenta anos, um quadro fiscal de efectiva justiça e rigor nas políticas fiscais de modo a que os impostos pagos representem um equilíbrio entre o valor que representa a nossa cedência de conforto e bem estar individual, e o bem estar coletivo, resultando daí um desperdício por parte dos vários Governos numa gestão sem rigor, nem transparência, na aplicação de um bem real que devia ser de todos, e para o qual se deve exigir que seja gerido com critérios de responsabilidade. Os agentes de execução destas políticas devem ter a coragem de aprofundar as naturais assimetrias geradas pela distorção das nossas realidades sociais e económicas, partindo do justo e digno salário para a fórmula de calculo do imposto a pagar, não sendo nem servindo para reduzir poder de compra e de bem estar dos trabalhadores, nem de os colocar na margem de uma existência sem direitos sociais e laborais, suportando os encargos da má gestão, da crescente despesa do Estado, que sem cumprir as suas obrigações não deixa de exigir o cumprimento das obrigações fiscais aos contribuintes.

A Política Fiscal Europeia é composta por dois sectores, o primeiro da fiscalidade direta da exclusiva competência dos Estados Membros, o segundo da fiscalidade indireta que está relacionada com a livre circulação de mercadorias e prestação de serviços. No quadro da União Económica e Monetária os impostos enquanto instrumento de política económica e social são representantes de uma conformação das políticas nacionais, o que se deve pensar no futuro como o agente na direcção da harmonização da fiscalidade direta que tem de estar numa perspectiva de ordenamento jurídico comunitário, que represente uma nova solução democrática apoiada no princípio da subsidiariedade indispensável à implementação desta harmonização para um correto funcionamento de um mercado único e assegurar uma leal concorrência que passa por igualdade de taxas de IVA e IRC. Este princípio enquadra-se num espectro da territorialidade, sendo visível particularmente nas transmissões intracomunitárias de bens e prestação de serviços que se encontra previsto no art.º 6º do CIVA, que ilustra as regras que são comuns aos diversos países da EU, ainda assim mantendo isenções. Estas questões diversas têm como exemplo de isenções internas as que são também constantes no artigo nº 9 do CIVA. Assim há que retomar o caminho da harmonização fiscal que deve abranger todos os impostos ligados por prestação de serviços comuns tais como: eletricidade, gás, combustíveis e telecomunicações.

9- Somos a favor da aplicação de uma taxa de coleta mínima para as pequenas explorações e pequenos negócios de microprodução que entretanto foram esmagados por razões burocráticas sanitárias e fiscais, como as unidades de agricultura familiar, libertando-as de questões burocráticas, tais como facturação e outros controlos.

Acreditamos que se estas pequenas explorações e micro unidades de produção fossem libertadas de todas as burocracias, o País teria muito a ganhar, pois todas estas unidades somadas dariam um contributo económico e social importante para a boa composição do tecido económico-social local.

Se nada fizermos, quem beneficia com o actual estado de coisas são as grandes superfícies comerciais e os intermediários, que ao fazerem de forma arbitrária o escoamento das produções, actuam por cartel daí resultando a asfixia financeira dos produtores até conseguirem preços abaixo do custo de produção, sem que isso se verifique na aquisição final dos consumidores. A implementação e valorização da nossa produção e comércio local, abre portas à fixação das populações e a uma criação de emprego próprio e dinamização das comunidades, bem como ao nível de preservação da fauna e flora naturais.

10- Redução de Energias e Custos com despesas essenciais na economia das pessoas e empresas. Redução do preço da electricidade. Em Portugal pagamos a electricidade mais cara do mundo, e temos a empresa com maior rentabilidade do mundo. A EDP tem atribuído resultados líquidos aos seus accionistas de 40% , com capitais próprios de 46%. O valor anual pago médio do MWH pelos pequenos consumidores situa-se nos 183 euros, já para a pequena indústria são 132 euros, e na grande indústria 100 euros, de referir que o valor médio de mercado spot diário do MWH em negociação foi cerca de 45 euros. Se é difícil perceber porque pagamos a electricidade tão cara, mais difícil de perceber e aceitar é que tenhamos de pagar a fraude do défice tarifário.

O défice tarifário é sustentado na procura de electricidade abaixo do esperado, e como os portugueses poupam energia eléctrica, e como não foram alcançados os consumos de energia eléctrica previstos pela EDP, assim se criou uma Lei que estabelece o direito de a EDP receber do Estado uma verba adicional compensatória, que se situa entre o consumo real e o consumo negociado. Face ao exposto, entendemos que devem cessar os pagamentos de Rendas Excessivas de Electricidade os quais podem atingir os 3.000 mil milhões de euros em 2020. Deve por isso ser reduzido o preço da Electricidade fazendo a redistribuição da Riqueza produzida pela sociedade e economia portuguesa melhorando os custos das empresas e a vida dos cidadãos. A Redução dos Combustíveis é igualmente viável e exigível, sendo que os lucros da Galp se situam acima de 40%, mais de 300 milhões de euros. Com a exclusividade de Refinação, a Petrogal do Grupo Galp Energias, fixa o preço dos combustíveis em

especial do chamado Gasóleo Rodoviário o que tem por conseguinte uma homogeneidade de preços praticados no mercado nacional. Esta predominância afecta de forma directa as empresas aumentando os seus custos e retirando competitividade à nossa indústria face a outros mercados congéneres europeus. Também na agricultura retira a capacidade de produção a mais baixo custo, por consequência directa com a agricultura de Espanha o que causa grandes perdas de produção nacional e o abandono da terra como meio de sustento de muitas famílias e uma perda de economia local e nacional. Tudo isto origina que não haja concorrência, e se verifique a existência dum cartel que se encontra bem presente em Portugal com as consequências que todos conhecemos.

Sem um mercado livre e aberto somos todos lesados enquanto consumidores, já que a Galp detém 60% da empresa que gere o pipeline que importa livremente o produto refinado e a CLC conjuntamente com a Galp Energias garantem 40% do mercado nacional. Atentemos no preço do Gasóleo Rodoviário, em média mais caro 4% que em toda a Europa. Relativamente ao Gás, onde no último ano se têm conseguido reduzir custos e baixar preços, existem ainda assim possibilidades de conseguirmos uma maior harmonização dos preços, basta vermos o exemplo da nossa vizinha Espanha.

11- Limitar e restringir a fuga de Impostos, porque se podemos todos considerar que em 2010, o último ano em que houve uma divulgação de dados de lucros de contabilidade das Empresas Nacionais e que este atingiu 49.860 mil milhões de euros, mas que o lucro tributado se ficou por 15.600 mil milhões de euros ou seja 30% do total, no que foram cobrados pouco mais de 4.270 mil milhões de euros, quando se fosse feita a devida cobrança da taxa de 25% do valor total representaria um valor superior a 12.400 mil milhões de euros para o Estado. Só a Galp Energia que teve lucros de 250 milhões em 2012 viu reduzida a sua contribuição fiscal sobre o montante de 160 milhões por via de isenção fiscal. Estará o Estado a financiar as Empresas e a contribuir para o dividendo de lucro as grandes fortunas privadas, ou fará parte dos acordos políticos da teia de poderes e favorecimentos privilegiados. Quando há em cortes o empobrecimento da sociedade e se colocam taxas e sobretaxas sobre reformas, salários e sobre os contribuintes, porque razão se concedem milhões de isenções e perdões fiscais aos lucros das Grandes Empresas e Fortunas. Não podemos igualmente esquecer que no universo das Famílias Portuguesas apenas 45% paga impostos e 55% não paga, onde e como vivem este universo de contribuintes que não têm nem rendimentos nem património. Combater a fraude fiscal deve ser um objectivo comum e reforçado do Estado, mas não será através da oferta de Carros que representam um custo superior a 8 milhões para o Estado, e não sabemos quantos foram entregues e onde estão ou andam esses topo de gama. Defendemos que ao contrário de carros se devia proporcionar um benefício fiscal que pode passar pela dedução de 2% em IVA sobre todas as despesas apresentadas na Declaração de IRS

das Famílias e os Cidadãos, o que proporciona uma experiência de justiça fiscal e social colocando os cidadãos em sintonia com o objectivo de contribuírem para o combate à evasão fiscal, pedindo e declarando as facturas, despesas e receitas.

12- Criar e reformar o sistema político constitucional, com as verdadeiras necessidades da sociedade atual, acabando com o sistema de eleições desajustado, desigual e promiscuo da Política Nacional. Esta reforma passa por um tratamento igual entre todos os partidos com a criação de uma nova Lei Eleitoral que defina o que fazer e alterar, reunindo o consenso de todos, criando para o futuro uma Participação Política justa e verdadeiramente cumpridora da Constituição.

Criar uma legislação que defina com clareza o regime de incompatibilidade de poderes de cargos políticos públicos e privados, garantindo que em caso de condenação criminal na função de um cargo político impeça que esse mesmo Cidadão possa voltar a ocupar um cargo público.

13-Reforço das competências de formação ativa da sociedade através do investimento na Educação e na Cultura, na Ciência e Formação Profissional, com igualdade de oportunidades para todos, garantir que o país se desenvolva através da capacitação e do conhecimento, livre acesso à cultura e formação artística e desportiva, dotada pela sua valorização das Artes e do Desporto, aproveitando as aptidões que são naturais ao Ser Humano próprio do saudável desafio de competição das mais diversas atividades de cariz social, intelectual, ético e moral.

14- Reestruturação séria da justiça, tendo em conta toda a legislação e simplificação de leis claras e objetivas permitindo uma leitura e interpretação rigorosa do seu sentido de jurisprudência, trabalhar no sentido de uma justiça célere e para todos os Portugueses reduzindo prazos e consequentes custas processuais. Recrutamento e Capacitação dos recursos humanos valorização de carreiras e salários.

15- Nas Forças Armadas há que fazer uma Reocupação Nacional e um investimento em Recrutamento, Profissionalização e Especialização, também no património como um reforço no Equipamento e meios físicos e científicos. Um país sem umas forças armadas credíveis, é um país sem soberania, gera na população uma sensação de fragilidade e insegurança, bem como um sentimento de não pertença, de um não patriotismo e é acima de tudo uma formação Cívica, Ética e Moral, além de contribuir de forma ativa para a economia dos locais onde se encontram estabelecidos os quartéis e estruturas militares. Com o alargamento da Plataforma Marítima de Portugal existe a necessidade de um reforço nos meios físicos, tecnológicos e Recursos Humanos, para um efectivo controlo das nossas Águas e Costas Atlânticas e por uma

garantia de intervenção quer em socorro, quer numa questão de catástrofes ambientais ou de fenómenos naturais.

Também nas Polícias tem de ser feito igual investimento, deve ser garantido o efetivo Estatuto de Proteção e criação de uma idade de aposentação, que permita manter no activo agentes de autoridade no pleno uso das suas faculdades, permitindo-lhe exercer o seu cargo com eficácia e dignidade. Tem de existir uma política de Recursos Humanos rigorosa, prevendo novas especializações e capacitações profissionais, atendendo às actuais actividades de investigação nos casos criminais sociais e económicos, bem como as questões de segurança interna no sentido da prevenção de atentados terroristas contra o Estado e o Povo Português.

16- Para a saúde deve ser desenvolvido um sistema de proteção social dos cidadãos garantindo o pleno acesso a cuidados médicos medicamentosos, porque não pode uma sociedade permitir que por razões de pobreza e dificuldades sociais e económicas os cidadãos se vejam privados dos mais elementares cuidados de saúde. Devem ser revistas as carreiras médicas e de enfermagem, bem como de técnicos especializados de saúde promovendo a sua capacitação e aproximando os cidadãos das suas instituições de saúde pelo todo do território nacional, dando condições e oportunidades devidas a todos os que decidam fazer e exercer as suas carreiras profissionais no interior do País e nas zonas mais desfavorecidas. Devem ainda ser tomadas medidas no sentido de Estabelecer o Estatuto do Idoso e o Estatuto do Doente Crónico, garantindo para o futuro uma protecção essencial à dignidade humana.

O PURP não é Governo, nem sequer tem representação parlamentar, mas tem a legitimidade consagrada na Constituição Portuguesa para se constituir como defensor dos Valores Económicos e Sociais de todos os cidadãos, igualmente consagrados aos Partidos Políticos. Neste sentido e para que se crie uma Estrutura Política e ativa, é necessário procurar dentro da sociedade os homens e mulheres que disponíveis, se mostrem como autênticos e genuínos, na coragem e no respeito pelos valores e princípios de defesa do bem público comum, que devem ser complementados pela força individual de Moral, Ética e Carácter Humano.

Política ativa e credível é obrigatória na conquista de eleitorado para os valores e princípios de democracia livre, deve a Direção do PURP implementar a constituição de Grupos Autónomos de trabalho que com disponibilidade e capacidade acompanhem estudem as Leis e Dossiers Políticos Nacionais, Europeus e Internacionais, procurem alternativas e soluções políticas viáveis e sustentáveis às apresentadas pelo Governo ou pela Assembleia da República, que melhor sirvam os interesses legítimos de todos os cidadãos. Existem hoje diversas plataformas de intervenção de Cidadania Cívica e Política que o PURP deve aproveitar para se fazer ouvir e representar e para se

constituir como a voz ativa na sociedade, nomeadamente junto dos Reformados e Pensionistas, bem como junto dos trabalhadores e desempregados, e das Famílias, na defesa de todos, mas em especial junto dos cidadãos mais carenciados e desprotegidos do nosso País

O PURP deve ter presente que tem um longo trabalho de afirmação pela frente no panorama político nacional, por isso o diálogo deve ser constante mas não só o diálogo interno, também o externo com as outras forças políticas e movimentos cívicos, Associações, Sindicatos e outras Estruturas Culturais e Cívicas da Sociedade Civil e ainda Associações Militares, Policiais e Judiciais, Nacionais ou Internacionais. No horizonte perfilam-se Eleições Presidenciais já em 2016 e não tendo o PURP nenhum candidato próprio, deve no entanto estar aberto a contactos com todos os candidatos que se afirmem como Responsáveis e Credíveis, bem como com as capacidades exigidas ao mais alto cargo de Representação Institucional de Portugal.

No que respeita às Eleições Autárquicas para 2017, deve o PURP definir uma estratégia Nacional para a participação nas mesmas e convocar no prazo de um ano uma reunião do seu Conselho Nacional, que pode muito bem ser coincidente com a aprovação do Plano Anual de Atividades e Orçamento.

Esta moção política é um Programa de conteúdos e fundamentos políticos que tendo como objetivo principal, dotar o PURP de uma moldura humana capaz e responsável que inspire nos membros do Partido a confiança, a verdade e a vontade de participar e estar presente na vida interna do PURP, participação essencial às suas atividades Políticas, Sociais e Cívicas na construção de um partido de todos e para todos que consiga a congregação de muitos homens mulheres em cada cidade, vila ou aldeia, dando um passo firme na implementação do PURP num todo Nacional. Ainda assim, devemos garantir que o PURP se constitui com Homens e Mulheres livres com vontade e querer de participar e contribuir para o Serviço Público, sem interesses próprios e individuais e que valorize o trabalho em equipa para o bem comum de toda a sociedade. Este critério deve ter bem presente o dever de lealdade e Respeito pelos princípios e bom nome do PURP, pelos seus dirigentes e pela imagem e mensagem pública do PURP, que se exige credível e rigorosa.

Confere esta Moção Política uma só vontade dos seus signatários, essa é a participação numa construção política séria, responsável, idónea, rigorosa, isenta, transparente e sustentável que deseja ver erguer-se uma Estrutura Partidária Política assente nas exigências e convicções dos Portugueses que acreditam que existem alternativas sérias e confiáveis, que existem soluções, mais justas e humanas e que é possível fazer mais e melhor, gastando menos, investindo mais, e recuperar Portugal para um futuro de Progresso e prosperidade mais igual e mais justo.

Por todos nós, pelas nossas convicções, por todos os Portugueses e por Portugal consideramos que sendo mais capazes e mais audazes, seremos também na União Europeia e no Mundo um País de Coragem e de Saber, Modelo de Tolerância, Liberdade, Democracia e Paz

Terminamos como começamos com a parte final da estrofe do poema de Amália:

“ breve disfarce, uma vida honrada e boa, ninguém sabe quando nasce, pró que nasce uma Pessoa”

Foi assim da vontade livre de um grupo de pessoas que nasceu o PURP, alguém sabia quando e para que nascia, mas uma vida honrada e boa essa nasce hoje com o PURP, não de uma Pessoa mas da vontade de muitas pessoas, como disse um dia Natália Correia “ Um homem precisa de chão ...” eu vos digo que o nosso chão não é o que está debaixo dos nossos pés, mas sim o que existe dentro de nós e nos preenche e edifica como Seres Humanos.

Viva o PURP, viva Portugal!

LISBOA 23 de Novembro de 2015

São Signatários e Subscritores desta Moção Política ao 1º CONGRESSO DO PURP- PARTIDO UNIDO DOS REFORMADOS E PENSIONISTAS os seguintes Membros e Simpatizantes :

Membro N° 63 - José Fernando Marecos da Paz – Lisboa

Membro N° 180 – António Fernandes de Azeredo Osório – Vila Nova de Gaia

Membro N° 182 - Mário Alberto Feliciano Inácio – Vila Nova de Mil fontes

Membro N° 22 - António dos Santos Ascensão – Coimbra

Membro N° 97 - José Salgueiro Pires – Castelo Branco Maria

Membro N° 19 - Maria do Céu Branco Pedro Dias – Riachos

Membro N° 125 – Maria do Carmo Coelho Rosa Ascensão – Coimbra

Membro N° 33 - Manuel Gentil Marques – Oeiras

Membro N° 98 – Dália Maria Lopo Nunes Pires – Castelo Branco

Membro N° 55 - Sérgio Amaro Colaço – Riachos

Membro N° 58 – Miguel Ângelo Duarte Martins – Lisboa

Membro N° 65 – Fernando José Morais da Rocha – Lisboa

Membro N° 46 – Maria de Lurdes Martins da Silva – Lisboa

Membro N° 57 – Olívia Maria Branco Dias – Riachos

Membro N° 164 – Maria Lúcia Jesus Dias Alves – Lisboa

Membro N° 56 – Fábio MiKael Dias Triguinho – Riachos

Simpatizante – Arménio Dias Martins – Lisboa

Simpatizante – Maria Augusta Duarte Martins – Lisboa